

ANEXO VII

CONTRATO CRCMA Nº XX/2023

CONTRATO CRCMA Nº XX/2023 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO E A EMPRESA XXXXX, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT CASSETE.

(PROCESSO Nº 2023/000057)

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO - CRCMA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.352.009/0001-48, com endereço na Rua Leblon, Quadra C, n.º 10, Parque Atlântico, São Luís/MA, CEP 65.071-745, doravante denominada **CONTRATANTE**, por intermédio do sua Presidente, **Senhora Ana Ligia Coelho Martins**, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade Profissional nº MA-011437/0 expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão – CRCMA, inscrita no CPF/MF sob nº. 012.481.733-50, doravante denominados simplesmente **CRCMA**.

A EMPRESA XXXXXXX **LTD**A, DADOS DA EMPRESA, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por: DADOS DO REPRESENTANTE; conforme quadro societário e inscrição na Junta Comercial da Contratada, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**.

Têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto, no processo nº 2023/000057, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023**, considerando ainda as disposições estabelecidas do Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, na Lei 10.520, de 17/07/2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, bem como, da IN SLTI/MPOG nº 02/2008 atualizada e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes, na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, têm, entre si, justo e avençado, o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação empresa especializada em manutenções preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar tipo Split cassete, bem como, serviços de instalação e/ou desinstalação dos mesmos, com fornecimento e substituição de peças – mediante ressarcimento de mão de obra, peças e componentes novos e originais, quando necessário, pertencentes ao CRCMA, de acordo com as especificações, condições de prestação dos serviços constantes do ANEXO I (Termo de Referência) e demais determinações descritas neste Edital, conforme este contrato e abaixo:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

A **CONTRATADA** deverá fornecer o objeto deste Contrato de acordo com as especificações, quantitativos de valores constantes na **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

O serviço ora contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato e no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023**, incluindo as especificações dos serviços do Termo de Referência, constante no Anexo I do edital da licitação, bem

como, a proposta apresentada, datada de **xx/xx/2020**, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/000057** e que, **independentemente de transcrição**, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados na seguinte localidade:

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão Rua Leblon, Qd. C, 10, Parque Atlântico – São Luís/MA CEP: 65.071-745 Telefone: (98) 3013-7900

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES

É facultado ao **CRCMA** o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, nas mesmas condições propostas, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

Pela execução dos serviços, o **CRCMA** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor global mensal de R\$ **xxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxx), perfazendo o valor global anual de R\$ **xxxxxxxxxxxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), assim distribuídos:

CATSER	ITEM	TIPO	BTUS	QTDE.	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
2771	1	Ar Condicionado Split	18.000	4	R\$	R\$	R\$
2771	2	Ar Condicionado Split	24.000	12	R\$	R\$	R\$
2771	3	Ar Condicionado Split	36.000	7	R\$	R\$	R\$
						R\$	R\$

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Já estão inclusos nos preços os tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, remuneração, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros pertinentes ao objeto, seguro, lucro e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os mesmos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seus Anexos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Caso haja modificações no Sistema Financeiro Nacional, tais como: emissão de nova moeda, extinção ou criação

de indexadores etc., as adaptações necessárias serão feitas através de Termo Aditivo, mantendo-se as diretrizes do presente contrato e o equilíbrio da cláusula econômico-financeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO / REAJUSTE

O Contrato poderá ser reajustado, visando à adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano, devidamente justificada, conforme artigo 61, da IN nº 05/2017, atualizada, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição às mencionadas normas.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O reajuste em sentido estrito terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhada da demonstração analítica de alteração dos custos. Em todo caso, o **CRCMA** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA QUARTA

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção.

SUBCLÁUSULA QUINTA

A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variações de custos. Entretanto, esse prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não apresentar a documentação solicitada pelo **CRCMA** para a comprovação da variação dos custos.

SUBCLÁUSULA SEXTA

A análise do pedido de reajuste pela Administração envolverá negociação entre as partes.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

Quando da solicitação de reajuste para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II – as particularidades do contrato em vigência;
- III - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- IV – a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

SUBCLÁUSULA OITAVA

Os reajustes dos itens envolvendo insumos e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**.

SUBCLÁUSULA NONA

Quando ocorrer a prorrogação contratual, será realizada a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

O CRCMA pagará à CONTRATADA os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária emitida até o 5º (quinto) dia útil, após o ateste do Fiscal ou do Gestor do Contrato, subsequente ao recebimento da Nota Fiscal ou Fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art.24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º ou trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, para os demais casos, observando, quando pertinente, o Instrumento de Medição de Resultado e seus indicadores., acompanhada das seguintes comprovações:

ITEM	DOCUMENTOS EXIGIDOS
01	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Receita Federal);
02	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND)/Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN) do INSS;
03	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS;
04	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

ITEM	DOCUMENTOS EXIGIDOS
05	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Quanto à Dívida Ativa do Estado;
06	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal;
07	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecida pela Lei nº 12.440/2011;

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, por meio dos e-mails contratos@crcma.org.br, não sendo aceito por meio físico. O CRCMA não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for entregue por outro meio ou fora do prazo estabelecido, ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do gestor/fiscal do contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo condicionada, ainda, que o pagamento mensal pela contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela contratada relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados (Decreto nº 9.507/2018);

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA QUARTA

O valor correspondente será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Contrato.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta. Não haverá crédito à **CONTRATADA**, igualmente, em virtude de penalidade a esta cominada ou em caso de inadimplência contratual sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA SEXTA

Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo “SIMPLES NACIONAL” (Lei Complementar nº 123/2006), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a **CONTRATADA** nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e suas alterações, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

O Serviço de Pagamento também poderá verificar a situação do fornecedor por meio de consulta *on line* no SICAF, cujo resultado será impresso e juntado aos autos.

SUBCLÁUSULA OITAVA

Fica assegurado ao **CRCMA** o direito de deduzir do pagamento devido à **CONTRATADA** as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura, a empresa **CONTRATADA**, tiver dado causa. Não tendo nenhum valor a receber, as importâncias deverão ser recolhidas pela **CONTRATADA**. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

SUBCLÁUSULA NONA

Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo **CRCMA**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Descrição:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA

Se o inadimplemento da obrigação for provocado pela **CONTRATADA**, por não cumprir as suas obrigações, o **CRCMA** ficará desobrigado de promover a atualização monetária de que trata o item anterior.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Ao **CRCMA** fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Em caso de não cumprimento do item anterior, a **CONTRATANTE** poderá descontar os valores da última fatura, da garantia contratual e, por fim, recorrer à cobrança judicial.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O contribuinte regularmente inscrito no sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), sofrerá a retenção do ISS.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Caso o contrato não seja iniciado no primeiro dia útil do mês, a primeira fatura deverá ser proporcional aos dias de serviços efetivamente prestados, considerando-se, no mínimo, 01 (um) dia e, no máximo, 30 (trinta) dias. O mesmo se aplicará para a última fatura de prestação de serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses – de XX/XX/2023 a XX/XX/2024, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, da Lei nº 8.666/93, atualizada, observado, ainda, o constante no ANEXO IX, da IN SEGES/MP nº 05/2017, atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no projeto 5008, rubrica 6.3.1.3.02.01.029 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações da contratada estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

As sanções estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA NOVAÇÃO

Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste Contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o presente Contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 c/c suas alterações posteriores, nas seguintes formas:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- III – Judicial, nos termos da legislação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Na hipótese de rescisão administrativa, são assegurados à Administração os direitos previstos no art. 80 da Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Secretário Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LICITAÇÃO

A contratação dos serviços de que trata o presente Contrato foi feita por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2023/000057** de acordo com o preceituado na Lei nº 10.520/02, Decreto 7.892/2013, Decreto 5.450/2001 e Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, c/c suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS MANUTENÇÕES PREDITIVAS, CORRETIVAS E PREVENTIVAS

As manutenções estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Conforme previsão no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

De conformidade com o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, o presente Contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro do Juízo Federal da cidade de São Luís/MA competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, após haverem lido e concordado, as partes assinam o presente Contrato eletronicamente.

São Luís, data da assinatura digital.

Ana Lígia Coelho Martins
Presidente do CRCMA

Represente da Empresa
CONTRATADA